

ORIGENS DA CLASSE OPERÁRIA NO BRASIL



Conselho Editorial da Editora Livraria da Física

Amílcar Pinto Martins - Universidade Aberta de Portugal

Arthur Belford Powell - Rutgers University, Newark, USA

Carlos Aldemir Farias da Silva - Universidade Federal do Pará

Emmánuel Lizcano Fernandes - UNED, Madri

Iran Abreu Mendes - Universidade Federal do Pará

José D'Assunção Barros - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Luis Radford - Universidade Laurentienne, Canadá

Manoel de Campos Almeida - Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Maria Aparecida Viggiani Bicudo - Universidade Estadual Paulista - UNESP/Rio Claro

Maria da Conceição Xavier de Almeida - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Maria do Socorro de Sousa - Universidade Federal do Ceará

Maria Luisa Oliveras - Universidade de Granada, Espanha

Maria Marly de Oliveira - Universidade Federal Rural de Pernambuco

Raquel Gonçalves-Maia - Universidade de Lisboa

Teresa Vergani - Universidade Aberta de Portugal

Oswaldo Coggiola

ORIGENS DA CLASSE OPERÁRIA NO BRASIL

Série | Saber
& Crítica 11



2025

Copyright © Osvaldo Coggiola
1ª Edição

Direção editorial: Victor Pereira Marinho e José Roberto Marinho

Capa: Fabrício Ribeiro

Projeto gráfico e diagramação: Fabrício Ribeiro

Edição revisada segundo o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Coggiola, Osvaldo
Origens da classe operária no Brasil / Osvaldo Coggiola. – 1. ed. – São Paulo:
LF Editorial, 2025. – (Série saber & crítica; 11)

Bibliografia
ISBN 978-65-5563-668-0

1. Ciência política 2. Brasil - Política e governo 3. Indústria - Brasil - História
4. Movimento operário - História 5. Trabalhadores - História I. Título. II. Série.

25-309416.0

CDD-322.2

Índices para catálogo sistemático:
1. Movimento operário: Ciência política 322.2

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida
sejam quais forem os meios empregados sem a permissão da Editora.

Aos infratores aplicam-se as sanções previstas nos artigos 102, 104, 106 e 107
da Lei N° 9.610, de 19 de fevereiro de 1998



Editora Livraria da Física
www.livrariadafisica.com.br
www.lfeditorial.com.br

Sumário

O debate historiográfico	6
No fim da era da escravidão	24
Trabalho livre, negros e imigrantes	44
Indústria e operariado.....	69
Movimento operário, trabalhismo e socialismo	87
Anarquismo, greves e repressão.....	105
Bibliografia comentada	124
Sobre o autor	133

O debate historiográfico

Nos países periféricos, a formação da classe operária percorreu caminhos bem diversos aos baseados na desagregação das formas feudais, com a proletarização de camponeses e artesãos das cidades. Na Europa em proa à industrialização, com o avanço do capital industrial, a massa de camponeses expropriados e de antigos soldados feudais licenciados acorreu às cidades em busca de trabalho ou de meios de subsistência. A dissolução do feudalismo, das relações de vassalagem no campo e dos grêmios manufatureiros corporativos nas cidades, se estendeu de maneira diversificada. Junto à destruição da pequena produção mercantil, agrária e urbana, ela criou o exército de homens e mulheres despojados de toda posse, que seriam obrigados a se transformar em operários. Esse “exército de despossuídos” originou a condição necessária para a vitória da grande indústria: a disponibilidade de grande quantidade de mão de obra livre. O disciplinamento da força de trabalho se estendeu ao longo de séculos e compreendeu as diversas leis contra a vagabundagem e a pobreza, adotadas nos mais diversos países, que visavam obrigar o ingresso ao trabalho fabril. A expansão internacional das relações capitalistas foi extremamente desigual, percorrendo caminhos em que a tendência à proletarização se verificou sob formas muito diversas, cuja evidenciação exige instrumentos metodológicos e historiográficos diferenciados,

A historiografia brasileira possui uma contribuição própria a esse debate. A informalidade, a rotatividade, a fluidez, a sazonalidade e a exploração sem limites são heranças coloniais

que se reproduziram até o presente. Oliveira Viana já havia se detido sobre o setor populacional que não se enquadrava nas categorias fundamentais da economia do Brasil (escravos e senhores): mulatos e mulatas, mestiços repululantes, desclassificados, agregados, forros carijós, vadios incorrigíveis, vagabundos, valentões de estrada, sicários assalariáveis, empreiteiros de arruaças, chusma, salteadores, pimpões, o caboclo valente, o cabra subversivo, o cangaceiro temível, o troglodita, o caçador bandoleiro, o rixento, o brigão, o valente dos engenhos e o mameluco. A fluidez e indeterminação do vocabulário escondiam, além do racismo, a impotência conceitual. Caio Prado Júnior foi leitor de Oliveira Vianna, mas partiu das “formas inorgânicas” para elevar os “desclassificados” a um patamar teórico. Em tese defendida na Universidade de São Paulo, Dante Moreira Leite ressaltou que “como outros historiadores, Caio Prado Júnior encontra os documentos sobre a população desocupada da colônia. No entanto, em vez de interpretar esse dado como consequência da decadência nos trópicos ou da degeneração do híbrido, mostra como o sistema da colônia conduziria fatalmente a esse resultado, pois praticamente não oferecia outra oportunidade para o trabalho livre”. Se, no momento estrutural de sua análise, Caio Prado desvincula a situação das classes de uma explicação biológica, no momento político em geral ele ignorou a participação ativa de pobres livres, indígenas (que ele considerava semicivilizados), imigrantes italianos que ele achava mais rústicos e menos exigentes que os suíços e alemães, e escravizados, os quais dividia entre os de cultura inferior e os provenientes do Sudão a que atribuía cultura elevada.

Ele reproduziu, ainda que marginalmente, expressões racistas em sua obra. Seu método não lhe permitiu avaliar raça e classe como um par de opostos num mesmo ser social. Na própria época em que Caio Prado Júnior escreveu Mario de Andrade recorreu ao folclore a fim de não reduzir o preconceito de cor a uma questão de classe social. E sabe-se hoje que a mudança da estrutura social e econômica não conduz ao fim do racismo. Todavia, Caio Prado Júnior reconhece a participação negra no período final do movimento abolicionista ao citar as fugas em massa. E a todo momento registra o medo da elite senhorial de uma revolta. Diferentemente de Oliveira Vianna o preconceito na sua linguagem tinha origem cultural e não biológica e o núcleo racional da sua teoria era antirracista. Seu foco era o momento estrutural donde ele derivou o comportamento das classes. O proletariado (industrial) surgiu para ele não a partir dos imigrantes europeus que se destinavam às fazendas de café, mas nos centros urbanos e da “população marginal”; “pobre, mas livre”; “sem ocupação fixa e meio regular de vida”; que não pertencia ao “binômio senhor e escravo”; composta pelo “desajustado”, “desocupado, de vida incerta e aleatória”.

Tanto na colônia quanto na fase nacional essa mão de obra de “baixo preço” vinculou-se ao setor secundário, portanto intermitente e sujeito sempre ao principal (agrário-exportador). Obviamente como trabalhador livre o negro submeteu-se mais que os brancos ao novo “conjunto de práticas disciplinadoras” que o enquadravam após a abolição. Aquele contingente populacional “socialmente indeciso”, que vegetava nas solidões do imenso território brasileiro e perambulava de uma região a outra hauria sua condição desagregada

dos ciclos da economia exportadora, das suas crises, da inconstância das atividades de subsistência e, por fim, da própria forma de incorporação da colônia ao capitalismo comercial. Às pessoas livres ou libertas restavam a prostituição, ofícios mecânicos, alguns serviços domésticos, os trabalhos de construção, transporte e, particularmente, as tropas de repressão e policiamento. Quando não o crime.

Nelson Werneck Sodré havia tratado do surgimento das camadas médias, da estreiteza do mercado de trabalho e das origens do operariado a partir das “sobras que a agricultura atira às cidades”, parcelas da classe média sem perspectivas e imigrantes. Foi Alberto Passos Guimarães quem percebeu melhor do que Caio Prado que era preciso ir além do registro da origem da pequena propriedade no processo imigratório que só trazia como produto ideológico a suposta “largueza de visão das classes dominantes”. Isso servia para “apagar da História a longa e obstinada batalha que os elementos geradores da classe camponesa tiveram que travar contra seus inimigos”. Era imperioso “levar em conta a anterior etapa de gestação” a partir da “multidão de trabalhadores livres miseráveis, agregados e semiproletários mantidos como mão de obra de reserva nas proximidades do latifúndio”. Na esteira de Miguel Costa Filho ele se deparou com a produção artesanal de cachaça em engenhocas e molinetes, mas foi além e vislumbrou na documentação o vínculo entre a embriaguez de escravizados e as desordens temidas pela coroa portuguesa. Uma inusitada forma de resistência, portanto.

O essencial é que destacou a “dinâmica da luta de classes” entre o “trabalho e a aristocracia territorial” (na expressão que retirou de Rocha Pombo). Ele atribuiu a gênese do

camponês tanto às condições objetivas de miséria, exclusão da terra e endividamento quanto ao conflito. Sem alternativas os pobres precisaram se aquietar sob a “proteção” do senhor ou vagar sem destino pelos campos e cidades. O acordo e acomodação são para o autor fruto das derrotas e da necessidade de sobrevivência. Ou seja, só se negocia depois do conflito ou da ameaça: “Foram precisos três séculos de ásperas e contínuas lutas, sangrentas muitas delas, sustentadas pelas populações pobres do campo contra os todo poderosos senhores da terra para que por fim, a despeito de tantos insucessos, despontassem na vida brasileira os embriões da classe camponesa”. Combinando resistência e acordo, Ciro Flamarion Cardoso chamou a atenção para a brecha camponesa. As roças independentes e as “atividades informais dos escravos” por ele destacadas permitiram redesenhar a vida social em sua complexidade com “expedientes acomodativos” que concorriam para a estabilização das tensões sociais.

Passos Guimarães e Werneck Sodré foram praticamente ignorados pela historiografia acadêmica (com as exceções de praxe) e, quando apresentados, foram logo retirados da cena principal porque consideraram o latifúndio “feudal”. A simples menção a esta palavra já era motivo para sua exclusão de qualquer debate. Mesmo Jacob Gorender, que escreveu à margem da academia, contribuiu para isto, sem ao menos perguntar por que, a despeito daquela incorreção, produziram obras de inegável valor historiográfico. Em geral podemos encontrar nos historiadores marxistas brasileiros não só uma abordagem sistêmica, estrutural e que relevou os grandes processos históricos, mas também formas de resistência coletiva e anti-sistêmicas. Ao partir das relações de produção coloniais eles

revelaram formas internas com mais detalhes. Mas não atentaram para o fato de que nos países centrais é que a análise marxista naturalmente partia de dentro para fora pois ali estava o núcleo dinâmico da expansão capitalista. Isto explica que lá se tenha produzido um debate teórico de relevo sobre a transição do feudalismo ao capitalismo. Mas aqui não havia “transição” e sim uma empresa de conquista e a nacionalização do debate gravitou em torno da transplantação do feudalismo português sobre a escravidão. Naquela chave de leitura as relações de propriedade não correspondiam às de produção. O real era saturado por uma idealização e não pelas fontes.

Roberto Simonsen concebeu a história econômica do Brasil a partir dos ciclos de exportação e de suas relações externas, mas lhe faltava instrumental teórico para uma apreensão de conjunto daquilo que Caio Prado denominou como antigo sistema colonial. O historiador na periferia só podia aproximar-se da totalidade de fora para dentro, apanhando a lógica do sistema através da circulação do capital, pois ela fornecia o sentido da produção colonial. O deslocamento do foco de análise permitiu a Caio Prado Júnior perscrutar os desajustes na engrenagem colonial, ou seja, aquilo que girava em falso: o inorgânico. A afirmação de Roberto Schwarz de que antes do seminário Marx da Universidade de São Paulo o marxismo (com a exceção de Caio Prado) estaria “confinado num universo intelectual precário” e sem “relações aprofundadas com a cultura do país” é errada, como se vê pelo extenso e qualificado debate historiográfico brasileiro. Todavia, os historiadores marxistas não dispunham de uma massa de monografias de base que a universidade produziu mais tarde; nem contavam com o acesso, o tempo e as condições de trabalho

intelectual para compulsar uma ampla mole documental em arquivos, senão excepcionalmente. O avanço da investigação empírica era fundamental para refinar e aprofundar o conhecimento sobre a população livre e pobre, bem como sobre a resistência à escravidão.

O risco era afogar-se na empiria e na ausência de qualquer noção de processo histórico. O prêmio seria encontrar o universal no particular e descrever estruturas sem sacrificar as individualidades de carne, osso e espírito que produzem a história. Maria Sylvia de Carvalho Franco, cuja tese foi defendida na USP em 1964, retratou o cotidiano violento que ela encontrou nos processos judiciais e atas da Câmara de Guaratinguetá. Roberto Schwarz, por sua vez, mostrou que os pobres livres compõem toda uma classe social cujo acesso às mercadorias depende do favor, sendo o agregado a sua caricatura. Nos anos 1970 Ecléa Bosi publicou dois livros sobre as leituras de operárias e da memória social da velhice: dois grupos fragilizados e de vida precária. Ainda que tenha tratado de uma classe trabalhadora formalizada, ela recortou o gênero e a condição etária, dando relevo a formas de opressão como o machismo e o esquecimento da velhice. A condição de trabalhador(a) tem centralidade na memória dos idosos e idosas que ela entrevistou.

A historiografia, de modo sub reptício, reagiu às pesquisas sociológicas sobre a escravidão, como as de Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni. O atraso da historiografia em relação à sociologia sobre a escravidão explica-se porque a História já contava com uma tradição que remonta aos institutos históricos e à historiografia nacional inaugurada por Varnhagen. As cadeiras de História foram preenchidas por

eruditos locais sem preocupação teórica e metodológica. Como afirmou Carlos Guilherme Mota, a criação da Faculdade de Filosofia em 1934 favoreceu mais a Sociologia, Geografia, Antropologia e Economia. Obviamente o julgamento se restringe à universidade pois a historiografia marxista persistiu na área de incidência do Partido Comunista. Deslocado entre os “dois mundos” Caio Prado Júnior teve um papel único, mas certamente isso não se explica por ele ter combinado o marxismo com a “acumulação intelectual de uma grande família do café”. A partir dos anos 1960 na USP Fernando Novaes começou a desenvolver a ideia caiopradiana de antigo sistema colonial. O próprio posto de observação de Formação do Brasil Contemporâneo de Caio Prado e que ele herdou de Capistrano de Abreu era o momento da crise daquele sistema: o início do século XIX. Mas não se havia avançado nas formas de inserção dos indivíduos e classes sociais na economia colonial.

A historiografia sobre a classe trabalhadora é ampla e não é nosso intuito cobrir todos os seus aspectos. Evidentemente obras dos anos 1980 de outros historiadores e historiadoras poderiam ser analisados, tais como Jessita Martins Rodrigues que estudou a mulher operária; Annez Troyano que estudou Estado e Sindicalismo; além das teses acadêmicas que se utilizam de acervos da justiça do trabalho, como os de Angela Castro Gomes e Fernando Teixeira, dentre outros. Acrescente-se Paulo Fontes, Murilo Leal Neto, Fernando Sarti Ferreira e um sem número de pesquisadores que compõem o campo conhecido como “mundos do trabalho”. Uma historiografia voltada aos mundos do trabalho, da exclusão, da marginalidade, da loucura, bruxaria, prisioneiros, sonhos,

sexualidade, cotidiano, mulheres, crianças, é não só por demais ampla e imprescindível na universidade brasileira.

Nos anos 1980 três importantes historiadoras se voltaram para a desclassificação social a que eram submetidos segmentos da população brasileira (passamos ao largo de outras contribuições decisivas da virada dos anos 1970 para 1980). Maria Odila Leite Silva Dias, Laura de Mello Souza e Emília Viotti da Costa afirmaram que não se tratava apenas de uma exclusão social, mas também historiográfica, embora isso hoje possa ser nuançado pelo maior conhecimento de memórias de trabalhadores, historiadores comunistas e socialistas, estudiosos autodidatas. A primeira mostrou a dinâmica do trabalho das quitandeiras no centro de São Paulo no século XIX; a segunda exibiu os desclassificados nas fímbrias do ciclo do ouro; a terceira escreveu ensaios de cunho metodológico em que ressaltou a presença da mulher, do negro e da abordagem feminista, mas condenou a troca do reducionismo econômico pelo cultural. As vendedoras de rua sobreviveram à margem da história na São Paulo oitocentista para Maria Odila; Laura pesquisou toda aquela população que no vocabulário das Minas Gerais setecentistas eram os vadios, a canalha indômita, ciganos, mulatos, negras de tabuleiros, forros, pardos, libertos, feiticeiras etc. Eram os protagonistas da miséria, recrutados à força pelas milícias coloniais para reprimir os não recrutados. Oliveira Vianna já havia escrito que os desclassificados eram também o capanga do potentado local e o guarda, o infante e o soldado da milícia. Como nas polícias oficiais e milícias ilegais até os dias de hoje.

Havia profissões assalariadas nos engenhos e inúmeros intermediários que pesavam e encaixotavam o açúcar

ou encarregavam-se da venda e embarque do produto. Até cirurgições que sangravam negros e administravam mezinhas podiam ter emprego fixo. Mas todos estavam submetidos à desqualificação social do trabalho: “Sem possibilidade de ascender na escala social e pressionado a ombrear-se aos escravos, restava ao homem livre a opção de ser vadio”, nas palavras de Vera Ferlini. Essa foi a escolha do protagonista do conto de Machado de Assis *Pai contra Mãe*. Ele retrata perfeitamente o dilema de um pobre livre de ocupação inconstante que se vê entre a entrega de um bebê recém-nascido à roda dos expostos e a caça a uma mulher grávida. É o retrato da impossibilidade da universalização da condição humana sob a escravidão. A indecisão, resolvida pelo acaso de encontrar a negra fugitiva cuja captura renderia uma recompensa, desvela a própria situação daqueles grupos fronteiriços ora integrados ora marginalizados, sempre em busca de uma ascensão via a seleção que permitia se tornar agregado. Mas o favor de uma família estabelecida não removia a instabilidade.

A pobreza gerava simultaneamente disputas e solidariedades, estas no nível do parentesco e da vizinhança. Numa sociedade paupérrima como a paulista dos setecentos, em que a miséria dissolia o distanciamento social, os editais da Câmara procuravam fortalecer as distinções inscritas na cor da pele de negros, mulatos e carijós. A sociedade colonial tinha, portanto, múltiplas hierarquias além daquela baseada na propriedade: a da cor, pureza do sangue, ideal de fidalguia etc. A História (mas também os estudos literários) revelaram grupos marginalizados que por outro lado não estavam num mundo apartado, fora da cultura global. O trabalho livre urbano concorria com o de escravos de ganho e as ligações entre livres, escravizados e

senhores fluíam em inúmeras formas. Escorriam pelos interstícios sociais. Essa população era permanentemente submetida à violência vertical (repressão dos mandões locais ou do Estado) ou horizontal, nas relações de vizinhança ou de trabalho eventual. Para Maria Sylvia de Carvalho Franco a dominação aparecia quase como inescapável, pois a sujeição seria suportada como benefício, a tal ponto que o indivíduo não existiria como ser social, sobrando-lhe quando muito a revolta pessoal. Uma leitura que foi matizada pela historiografia.

Para Maria Odila não houve nenhuma possibilidade de ruptura, senão a “continuidade estrutural da pobreza e do desemprego”, mas ela resgatou a subjetividade das mulheres no cotidiano. Nele emerge a urdidura de tensões entre idosas autoritárias e mulheres amancebadas e desordeiras; entre homens violentos e suas mulheres; esposas rejeitadas e as escravas que se tornavam amantes dos seus maridos; viúvas pobres; mulheres sós; a mulher macho; as libertas; as escravas a ganho... em 1804 e 1836, 40 e 36% dos fogos urbanos eram constituídos por mulheres sós, chefes de família, sobretudo solteiras (em geral brancas ou pardas). O cotidiano não é o oposto rotineiro de uma vida privada que resguarda a intimidade. Não existe na colônia essa separação rígida. Para Maria Odila as tensões domésticas eram sentidas pelas mulheres como a mediação dos conflitos sociais. A violência que sofriam de maridos, amantes ou senhores não aparece desconectada de processos gerais como a derrocada da escravidão urbana e o empobrecimento das pequenas proprietárias de escravos. A historiadora encontra as marcas estruturais nos processos de divórcio, dívidas, inventários e testamentos. As mulheres “canalizavam o sistema de dominação em crise”. A

subjetividade não está isolada do processo de urbanização da cidade de São Paulo entre fins do século XVIII e as vésperas da abolição.

Laura de Mello e Souza fez um estudo profundo, documentado e teoricamente consistente em diálogo com a historiografia europeia e com os estudos sociológicos sobre a marginalidade. Ela apresentou uma capacidade de análise mais penetrante dos indivíduos enquanto portadores de uma universalização bloqueada. Laura aprofundou a leitura de Caio Prado Júnior, a quem se referiu explicitamente em sua obra. Para ela é como se as formas de consciência coletiva surgissem no horizonte histórico em decorrência de uma condição estrutural comum, mas em seguida eram neutralizadas por uma forma de inserção econômica inconstante, geograficamente dispersa e politicamente subordinada. Como a consciência não é externa ao ser, ela se inscreve para o indivíduo na ordem da curta duração, do aqui e agora ao mesmo tempo que seu ser social está na ordem da longa duração. A imediatricidade confere a aparência da descontinuidade e oculta sua persistência no tempo. Laura de Mello e Souza encontrou em meio à opressão da época colonial “formas intermitentes e (...) de consciência de grupo” ao lado dos “muitos fatores que agiam (...) dismantelando as solidariedades e dissolvendo a consciência”. Uma “camada social onde os papéis dos indivíduos eram transitórios e flutuantes, onde os homens pobres livres entravam e saíam da desclassificação” era a norma no período colonial. Mas “havia muitas características comuns entre eles: a cor da pele – negra, parda, vermelha, acobreada, branca às vezes – o nascimento bastardo, a insegurança do cotidiano, o pânico permanente ante a justiça atenta e rígida, a itinerância, os concubinatos...”.

Embora tratassem de períodos, regiões e objetos diferentes, aquelas historiadoras traziam à luz um mesmo problema de longa duração. Elas combinaram a macro e a micro-história na esteira de Nathalie Zemon Davis e Carlo Ginzburg, cujos livros elas indicavam em seus cursos. Mas foi Emília Viotti da Costa quem sistematizou aquela postura teórica e metodológica em alguns artigos, conferências e livros escritos nos anos 1980. Em 1982 Emília Viotti voltou à USP momentaneamente. Ela tinha sido excluída em 1969 pela ditadura e lecionava nos EUA. Numa conferência ela analisou duas coletâneas de documentos do movimento operário. Uma de Edgard Carone, seu antigo colega da USP, pioneiro no estudo sistemático do período republicano; a outra de Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall, da Unicamp, ponta de lança da nova história do trabalho. Curiosamente as duas obras ofereciam para Emília Viotti uma face nova da historiografia sobre a classe trabalhadora, agora não só voltada aos imigrantes, mas também aos pretos e às mulheres. Para ela “nenhuma História das classes trabalhadoras digna de respeito pode ser escrita hoje sem incorporar a mulher, não apenas aquelas que trabalham no setor industrial, mas também as esposas e outros membros da família que trabalham em empregos temporários no setor informal”.

A vida cotidiana é a esfera fundamental da existência de qualquer pessoa. Nela se vive, sofre, alimenta-se, sente-se e se reflete. Ali estão o pensamento e a ação. Só não há teoria e, portanto, práxis. No cotidiano vigora o “caráter imediato da experiência” e por isso a História não pode apenas reproduzir a voz do oprimido. Emília Viotti não se limitou a afirmações de princípio ou apenas à constatação de uma virada historiográfica. Naquele mesmo decênio de 1980 ela pesquisou a revolta